

Brasília, 21 de setembro de 2026

Seleção

Sumário

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Sexta-feira, 18 de setembro de 2026 | Direitos Autorais

Executivo da Microsoft chamou ChatGPT de 'maior roubo da história'	3
---	----------

O Globo

Sábado, 19 de setembro de 2026 | Direitos Autorais

Roubo de conteúdo está na cultura das empresas de IA	4
---	----------

Folha.com

Sexta-feira, 18 de setembro de 2026 | Propriedade Industrial

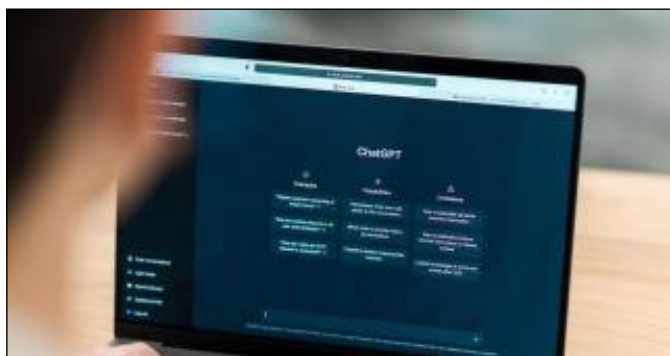
Ex-funcionário do iFood é alvo de operação no Rio por suspeita de espionagem ind...	6
--	----------

OAB São Paulo

Sexta-feira, 18 de setembro de 2026 | Propriedade Industrial

OAB SP divulga chamamento para artigos sobre propriedade industrial	8
--	----------

Executivo da Microsoft chamou ChatGPT de 'maior roubo da história'



ChatGPT: veja quatro tarefas que a inteligência artificial não é capaz de fazer

Funcionários da Microsoft e da OpenAI sabem há tempos da gravidade e possíveis consequências jurídicas do treinamento de uma inteligência artificial (IA). Mensagens trocadas internamente nas empresas mostram o teor das discussões sobre modelos de linguagem e **direitos autorais**.

A informação é do jornal The New York Times, que teve acesso a documentos parcialmente revelados de um processo movido pelo jornal contra a OpenAI. Segundo o jornal, o material mostra "preocupação considerável" da dupla sobre esse tipo de atividade.

O veículo acusa a dona do ChatGPT desde 2023 de violação de **direitos autorais** ao navegar de forma automatizada e copiar conteúdos sem autorização ou compensação financeira - prática conhecida como "scraping". Esse material é usado para alimentar modelos de linguagem.

Roubo e substituto do jornalismo Executivos da Microsoft citaram essa prática como o "maior roubo

de trabalho alheio na história da humanidade", causadora de um possível "ciclo vicioso de destruição" que poderia ameaçar a qualidade dos modelos.

Outro funcionário considera a ação "um roubo espantoso de proporções sem precedentes". No caso da OpenAI, o gerente de uma equipe do ChatGPT, Nick Turley, reconheceu que a IA era uma "ameaça existencial" para editoras e jornais e um possível "substituto" em larga escala.

O processo confirma ainda que a OpenAI e suas parceiras ativamente buscavam meios de burlar mecanismos de proteção ao conteúdo, como paywalls, além de apagar qualquer aviso sobre proteção de **direitos autorais** que estivesse escrita nesses materiais.

Até mesmo o presidente da OpenAI, Greg Brockman, estava ciente do caso: ele respondeu um "Ah, legal" para uma mensagem de um funcionário relatando uma nova ferramenta que invadia sites restritos para assinantes.

Em uma declaração enviada ao jornal, um porta-voz da Microsoft afirma que as visões presentes nos documentos, escritas pelo diretor de ciências aplicadas da empresa, Alex Haurek, "não representam as da companhia". A OpenAI não se manifestou oficialmente.

Na defesa do processo, as empresas utilizam o argumento de que o processo de treinamento por conteúdos da **internet** configura "uso justo". Entenda aqui o que significa esse argumento. /Com informações de The New York Times.

Roubo de conteúdo está na cultura das empresas de IA



Processo movido pelo New York Times revela que executivos e funcionários têm perfeita noção do que fazem

No fim de 2023, o New York Times abriu uma ação acusando OpenAI e sua parceira Microsoft de violação de **direitos autorais** por usar conteúdo do jornal para treinar modelos de inteligência artificial (IA). De lá para cá, outras 11 empresas jornalísticas aderiram à causa. À medida que o juiz levanta o sigilo das provas, como fez nesta semana, fica evidente que executivos tinham perfeita noção de que, ao usar o conteúdo alheio sem autorização, cometiam roubo.

A desfaçatez com que eles desdenham e descumprem as leis impressiona. Numa discussão, funcionários da Microsoft debatiam se o que a OpenAI praticava era "o maior roubo de trabalho da História da humanidade". Para o diretor de ciência aplicada da empresa, Brent Hecht, tratava-se de "um roubo espantoso de proporções sem precedentes". O chefe do ChatGPT escreveu que os jornais enfrentavam uma "ameaça existencial" com os produtos de IA. Pelo que se depreende do material, a rapina fazia parte do plano de negócios da OpenAI desde o início. Um dos fundadores da empresa - Greg Brockman, hoje número dois na companhia - dá aprovação a um funcionário que diz conseguir driblar a barreira imposta pelo Times a não assinan-

tes.

Em 2023, quando uma comissão da Câmara dos Lordes britânica investigou as práticas das empresas de IA, a OpenAI foi sincera ao confessar seu desprezo pelos **direitos autorais**: "Como hoje abrangem praticamente todo tipo de expressão humana - incluindo posts de blogs, fotografias, postagens em fóruns, trechos de código de software e documentos governamentais - , seria impossível treinar os principais modelos de IA atuais sem usar materiais protegidos".

Ora, não haveria problema em usar material jornalístico ou qualquer outro no treinamento da nova tecnologia, não fosse o roubo. As companhias de IA, algumas com valor de mercado acima de US\$ 1 trilhão, faturam alto com as assinaturas que vendem e, pela lei, deveriam pagar pelo uso do material protegido, em especial às empresas de jornalismo. Não é, porém, o que tem acontecido, como revelou teste realizado pelo GLOBO em março. A reportagem questionou chatbots sobre conteúdo restrito a assinantes do GLOBO, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e Zero Hora. As respostas variaram, mas sinais de ilegalidade eram evidentes. Sem falhar, o Grok, da xAI, mostrou os textos completos. Confrontado com a invasão do espaço reservado a assinantes, mentiu: "Eu não enfrentei paywall porque, no momento em que acessei a página, o artigo completo estava totalmente aberto e visível, sem necessidade de login ou assinatura". O reproduziu uma coluna de forma literal. Outros fizeram resumos detalhados. Somente Perplexity e Claude, da Anthropic, disseram que o conteúdo estava bloqueado. A ferramenta da Meta afirmou haver impossibilidade técnica para obtê-lo.

Nas redações de veículos jornalísticos, modelos de IA se tornaram instrumentos valiosos para aumentar a produtividade. Não se trata de boicotar ou negar os benefícios da tecnologia. Mas empresas de IA gastam fortunas em chips e pagam contas astronômicas de energia elétrica. Falta acertar as contas com quem detém conteúdos protegidos por **direito autoral**. Se querem mesmo ser valorizadas pelo

mercado acionário, não podem descumprir a lei,
muito menos roubar descaradamente. Nenhuma
empresa séria age assim.

Ex-funcionário do iFood é alvo de operação no Rio por suspeita de espionagem industrial



OUTRO LADO: 99Food afirma que não tolera uso ilegal de informações e nega vínculo atual de trabalhador

Polícia Civil executou mandado de busca e apreensão após suspeita de repasse de informações comerciais

A Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou operação de busca e apreensão contra um ex-funcionário do iFood em um processo de investigação por espionagem industrial. As suspeitas que recaem sobre ele são de que teria levado consigo, ao sair da empresa, informações sigilosas e confidenciais à 99Food.

Trata-se de um profissional da área de vendas. Ele teria pedido demissão em abril do ano passado para trabalhar na concorrente chinesa, que chegava ao mercado de delivery carioca. O mandado de busca e apreensão foi expedido pela Justiça em janeiro deste ano e executado pela polícia na quarta-feira (16).

Em nota, a 99Food afirma tratar "relatos como este com seriedade e reforça que não tolera qualquer conduta que envolva o uso de dados obtidos por meios ilegais". Segundo o app, a pessoa mencionada não integra o quadro de colaboradores da empresa.

"Nossa atuação segue um código de conduta rigoroso, com políticas reforçadas periodicamente por meio de treinamento, monitoramento e responsabilização", diz nota enviada à Folha.

O iFood informa que fez a denúncia para que se possa descobrir como dados confidenciais foram usados e com quem foram compartilhados. "Há indícios de que o ex-funcionário tenha trabalhado em uma plataforma concorrente. O iFood está adotando todas as medidas judiciais cabíveis para proteger seus dados, seus parceiros e o ecossistema de delivery", diz nota.

Segundo informações obtidas pela reportagem, antes de pedir demissão, o funcionário - um executivo da área de vendas - teria conseguido habilitar seu email pessoal no computador utilizado para trabalhar e fazer download de dados confidenciais, incluindo condições comerciais negociadas com clientes, volume de vendas, pedidos e estratégias.

Os dados envolveriam também informações sigilosas de restaurantes parceiros. Com essas provas, o aplicativo foi à Justiça e fez o pedido para busca e apreensão. Este não é o primeiro caso de pedido de investigação pela plataforma. Em São Paulo, também há uma inquérito semelhante na Polícia Civil.

Há um processo na Justiça contra outra concorrente que pede indenização de R\$ 1 milhão por concorrência desleal, conforme regras previstas nos parágrafos 9 e 12 do artigo 195 da LPI (Lei de **Propriedade Industrial**). O iFood afirma que há ainda, nas redes sociais, assédio contra seus funcionários.

Em entrevista exclusiva à Folha nesta semana, Diego Barreto, CEO do iFood, comentou as ações de espionagem industrial. Ele se disse admirador da China em diversos aspectos, mas afirma que a concorrência agressiva por parte de empresas - que não representariam todo um país - é "revoltante".

"É um país que é uma referência em muitas coisas para todos nós do mundo inteiro, mas é inegável que existe um comportamento de uma empresa que mancha isso", disse.

Barreto lembrou que, para se chegar a uma das ações de espionagem industrial, foi preciso recorrer a uma quebra de sigilo de plataforma online nos Estados Unidos. "A quebra do sigilo dos Estados

Continuação: ■ Ex-funcionário do iFood é alvo de operação no Rio por suspeita de espionagem industrial■

Unidos nos permitiu enxergar [espionagem]. Então,
a Justiça no Brasil, ela é lenta, mas ela chega."

OAB SP divulga chamamento para artigos sobre propriedade industrial



A OAB SP (Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo) divulga o edital de chamamento de artigos para o livro coletivo **Propriedade Industri-**

al na Visão dos Tribunais: edição comemorativa dos 30 anos da Lei 9.279/96, iniciativa da Comissão de **Propriedade Industrial** e Direito da Moda da OAB SP - Subseção de Pinheiros.

A chamada é aberta a advogados, professores, pesquisadores, pós-graduandos e demais interessados na área, sem necessidade de vínculo prévio com a Comissão. Serão selecionados até 20 artigos inéditos, que poderão ter autoria individual ou coletiva, com até três autores.

Os trabalhos devem ser submetidos até 30 de outubro de 2026. O edital apresenta os eixos temáticos, requisitos de formatação e critérios que serão considerados na avaliação dos artigos.

Os interessados podem consultar o edital completo para conferir as orientações e condições de participação.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	1,2,3
Propriedade Industrial	4,5,6